

Congresso vai recuperar prerrogativas perdidas

JORNAL DE BRASÍLIA

13 SET 1985

Será preferível o Congresso ser fechado a funcionar humilhado e sem poderes, submetido a pressões de regimes autoritários. Foi o que disse ontem, em tom de desabafo, o presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli (PMDB-MS), na instalação da comissão mista interpartidária destinada a reformular o capítulo da Constituição que trata do Poder Legislativo — funcionamento e prerrogativas.

Falando logo após o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, o senador mato-grossense declarou que a retirada das prerrogativas do Legislativo de controlar a política econômica foi o que levou o Brasil ao brutal endividamento externo. Pressionando o Congresso, o Executivo conseguiu delegação de poderes que lhe permitem contrair empréstimos que atingiram, com valores corrigidos, mais de 250 bilhões de dólares. O decreto delegando poderes ainda está em vigor.

Fragelli e Ulysses exortaram deputados e senadores a trabalharem pela recuperação das prerrogativas usurpadas nos 20 anos de autoritarismo, com votos de que nunca mais o Poder Legislativo seja pressionado pelo autoritarismo, dando "o exemplo amargo de fraqueza".

Para o presidente da Câmara, o capítulo da atual Constituição outorgada que trata do Legislativo "na realidade trata do Poder Executivo, pois não diz o que o Legislativo pode fazer, mas o que não pode fazer". Acrescentou que "propor lei é reinar" e, por isso o Legislativo deve recuperar sua competência plena de legislar, inclusive em matérias financeiras, atribuição que lhe foi subtraída pelo Executivo autoritário.

Plebiscito

Ulysses Guimarães afirmou ainda que o Congresso precisa reforçar a soberania popular, instituindo a iniciativa popular de leis, a exemplo do que existe na Itália e em alguns "cântões" da Suíça. Mediante certo

número de assinaturas de eleitores, colhidas em vários estados, a sociedade poderia propor leis ao Legislativo, "aproximando ainda mais o povo de seus representantes".

O presidente da Câmara sugeriu também o exame de dispositivo constitucional instituindo o referendo popular para as leis mais polêmicas. "Devolve-se ao povo a última palavra pelos seus destinos, através de um plebiscito" — explicou. Chamou a atenção ainda para os trabalhos de comissões de inquérito, que no passado tiveram caráter sensacionalista, e sem consequências. A CPI, observou, deve agir com critérios de responsabilidade, para não se transformar num "boomerang" voltando-se contra o parlamento.

Ulysses Guimarães destacou a aprovação da emenda constitucional nº 25, que extinguiu o colégio eleitoral e estabeleceu eleições diretas

para presidente, além de outras medidas, "esta decisão — frisou — consagra uma Legislatura".

O presidente do Senado, José Fragelli, lamentou o "o momento de fraqueza" da instituição, ao delegar poderes ao Executivo, mesmo sob pressão, para contrair empréstimos sem o controle do Legislativo. "O parlamento despiu-se de sua responsabilidade, abrindo mão da condução da política econômica. Por isso, o Brasil é o País mais endividado do mundo" — disse ele, lembrando "as amargas lições dos últimos 20 anos".

Emancipação

Ulysses e Fragelli afirmaram que a sociedade não pode cobrar a inoperância legislativa do Congresso, pois a instituição teve seus poderes usurpados. "Vamos emancipar o Congresso, os deputados e senadores são vítimas. Agora

vão ter a emancipação" — afirmou o presidente da Câmara.

A instalação da comissão mista interpartidária compareceram quase todos os líderes partidários, a exceção do deputado Pimenta da Veiga (em Diamantina), do senador Roberto Saturnino (no Rio) e senador Carlos Chiarelli (em Porto Alegre).

O senador Otávio Cardoso (PDS-RS) foi escolhido presidente, o deputado Thales Ramalho (PFL-PE) vice-presidente e o deputado Cássio Gonçalves (PMDB-MG) relator — todos por aclamação. As indicações foram feitas mediante acordo interpartidário, mas o representante do PDT, deputado Bocaiuva Cunha (RJ), alegando não ter sido ouvido, sugeriu Flávio Marcílio (PDS-CE) para presidente. O deputado cearense agradeceu, mas seguirá orientação dos líderes, afirmando que o importante é a colaboração de todos, sem preocupação partidária.

Há um movimento pela substituição de Roberto Saturnino (PFL), em campanha para a prefeitura do Rio, pelo senador Nelson Carneiro (sem partido), um estudioso da matéria.

A comissão mista interpartidária ficou assim constituída, após as indicações das lideranças aos presidentes do Senado e da Câmara: senadores Cid Sampaio, Fábio Lucena, Eneas Faria, José Ignácio, do PMDB; Otávio Cardoso, Lenoir Vargas e Raimundo Parente, do PDS; Carlos Chiarelli e José Lins, do PPL; Roberto Saturnino, do PDT; e Carlos Alberto, do PTB; e deputados Raul Belém, Roberto Rollemberg, Cássio Gonçalves, Oswaldo Lima Filho, Brabo de Carvalho e Ibsen Pinheiro, do PMDB; Flávio Marcílio, Oswaldo Mello, Gerardo Renault, Hugo Mardini e Salvador Julianelli, do PDS; Thales Ramalho, Aécio Cunha, José Penedo e Gonzaga Vasconcelos, do PFL; Bocaiuva Cunha, do PDT; Gastone Righi, do PTB; e Plínio de Arruda Sampaio, do PT.